

A LUTA SOCIAL E A REAPROPRIAÇÃO DA NATUREZA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

SOCIAL STRIFE AND NATURE REAPPROPRIATION ON RURAL SETTLEMENTS AT SERGIPE HIGH BACKWOODS

Heloísa Thaís Rodrigues de SOUZA ¹

Douglas Vieira GOIS ²

Levison Junior Pereira dos SANTOS ³

Rosemeri Melo e SOUZA ⁴

“O sertanejo é antes de tudo um forte”. Euclides da Cunha

RESUMO

O crescimento e a intensidade da pressão advindas dos movimentos de luta pela terra possibilitaram o entendimento do Estado brasileiro, em consonância com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o MST, em assentar inúmeras famílias no campo. O Estado de Sergipe decorre de inúmeras ocupações de terra e na implantação de vários assentamentos rurais presentes principalmente na região do Alto Sertão Sergipano. Partindo dessa realidade, o presente texto tem por objetivo analisar os índices de desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária, do Alto Sertão Sergipano, evidenciando a (re) apropriação da terra e a busca pela sustentabilidade local através da luta dos movimentos socioterritoriais. Ademais, frente a conjuntura agrária brasileira, onde a expansão do agronegócio ameaça os territórios camponeses, a atuação dos movimentos socioterritoriais, com destaque para o MST, tem importância fundamental para a manutenção da conflitualidade que enseja o desenvolvimento territorial rural, onde os processos de ocupação engendram a luta pela conquista da terra/território, fonte de trabalho e vida dos camponeses.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos socioterritoriais. Luta. Relação sociedade/natureza. Reapropriação

ABSTRACT

The growth and intensity of pressure arising from movements struggling for land enabled the understanding of the Brazilian state, in line with the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and MST, based on numerous families in the countryside. The State of Sergipe stems from numerous land occupations and the implementation of several rural settlements mainly present in the Alto Sertão Sergipe. Based on this fact, this paper aims to examine the rates of sustainable development in the agrarian reform, the High Wilderness Sergipe, showing the (re) appropriation of land and the pursuit of local sustainability through the struggle of socio-territorial movements. Moreover, compared to the Brazilian agrarian situation, where expansion of agribusiness threatens peasant territories, the role of socio-territorial movements, especially the MST, is of fundamental importance for the maintenance of conflicts that motivate the rural territorial development, where occupation processes engender the struggle for land / territory, source of labor and peasant life.

¹Engenheira Florestal. Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFS. Pesquisadora do GEOPLAN/UFS/CNPq. e-mail: heloisathais@hotmail.com

²Graduado em Geografia Licenciatura. Pesquisador do GEOPLAN/UFS/CNPq. e-mail: douglasgeograf@hotmail.com

³Graduando em Geografia Licenciatura. Pesquisador do GEOPLAN/UFS/CNPq. e-mail: levisonjunior@hotmail.com

⁴ Orientadora. Prof^ª. Pós Dr^ª do Departamento de Engenharia Ambiental e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo) e em Desenvolvimento e Meio Ambiente –PRODEMA/ UFS. Líder do GEOPLAN/UFS/CNPq. Pesquisadora do CNPq. email: rome@ufs.br

KEYWORDS: socio-territorial movements. Fight. Society / nature relationship. Reappropriation.

1. INTRODUÇÃO

A ocorrência de lutas pela terra no Brasil tem se intensificado nas últimas duas décadas. Tendo à frente organizações e movimentos sociais, as ocupações de se espalham por todo o território brasileiro, desde as áreas de expansão de fronteira agrícola até regiões populosas e industrializadas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. (LOPES, 2007).

O crescimento e a intensidade da pressão advindas dos movimentos de luta pela terra possibilitaram o entendimento do Estado brasileiro, em consonância com o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o MST, em assentar inúmeras famílias no campo.

Embora, o Estado brasileiro venha a desapropriar terras e a promover políticas públicas de reforma agrária, o que vem caracterizando as transformações sócio-territoriais no espaço agrário são as ocupações de terras e a construção de assentamentos rurais, frutos das intensificações dos conflitos e das disputas por terra. (SANTOS, 2012).

A ocupação territorial brasileira possui todo um contexto histórico que serve como elo explicativo para o modelo de organização do espaço rural nos dias atuais. Nesse contexto, a forma como tem ocorrido a construção de novas territorialidades no Nordeste, e principalmente no Alto Sertão Sergipano, evidencia o potencial contido nos diversos agentes sociais presentes e atuantes no semiárido, no sentido da conquista de territórios e, por conseguinte, na modificação da estrutura agrária nordestina.

Portanto, frente a conjuntura agrária supracitada, de expansão do agronegócio, os movimentos socioterritoriais assumem os espaços de contestação, que, por conseguinte se materializam na conquista de território para a reprodução do movimento. Toda essa disputa realiza-se mediante a conflitualidade inerente ao desenvolvimento territorial rural, no jogo de forças entre o agronegócio e campesinato.

O Estado de Sergipe decorre de inúmeras ocupações de terra e na implantação de vários assentamentos rurais presentes principalmente na região do Alto Sertão Sergipano. Partindo dessa realidade, o presente texto tem por objetivo analisar os índices de desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária, do Alto Sertão Sergipano, evidenciando a (re) apropriação da terra e a busca pela sustentabilidade local através da luta dos movimentos socioterritoriais.

1.1. (RE)APROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Diversas são as concepções sobre a natureza, algumas ligadas aos conhecimentos tradicionais, outras já moldadas pelas diferentes culturas, pelos vieses econômicos, especialmente a forma social capitalista e suas apropriações. Essa diversidade de significados da natureza aponta que não é nada

simples o debate que hoje se trava especialmente no que tange a relação natureza, modernidade e desenvolvimento.

O contexto contemporâneo marca-se pela globalização regida pela racionalidade econômica e pelas leis do mercado, no entanto, emerge uma política do território, do ser e do tempo reafirmando identidades, mobilizando lutas por novos direitos culturais dos povos, pela legitimação de regras mais plurais, pela reafirmação da convivência social e de reapropriação social da natureza.

Diante de tais processos, abrem-se questionamentos sobre os sentidos e as significações da natureza e do território da racionalidade instrumental. Nesse sentido, anima-se um processo de ressignificação da natureza que, mesmo dentro de um campo conflituoso, tenta se expressar como formação discursiva que busca nas raízes ontológicas, epistemológicas e éticas na relação homem e natureza a construção da racionalidade ambiental. (CARVALHO, 2004). Em meio a um cenário de crise ambiental emerge uma nova compreensão de natureza, onde os conhecimentos tradicionais são valorizados.

Assim, diante dessas desconstruções e reconstruções acerca das concepções de natureza, situa-se o Semiárido e a proposta da Convivência com a seca, que compreende uma proposta que ganha evidência a partir de 1970, apoiando-se na contextualização do saber (produzir, viver e conceber) sobre a natureza e o território do Semiárido (SILVA, 2006).

Toda a história do Semiárido do Nordeste do Brasil é marcada pela interferência do Estado, comumente pautada no tema que é a espinha dorsal das políticas públicas para a região: a seca. A seca é, nesse sentido, estruturante da vida social e política regional. E, por conta disso, é suscetível de ser apropriada como vetor de uma nova forma de perpetuar e “regular” as relações na região e o seu meio natural. O fato novo é que a seca é um elemento cabível no discurso ambiental, no âmbito do conceito de desenvolvimento sustentável.

No momento que o conceito de desenvolvimento sustentável se fortifica e se insere cada vez mais no discurso político no Brasil (BEDUSCHI FILHO e ABRAMOVAY, 2003). no que se refere ao Nordeste, a seca passa a ser tratada paulatinamente como um problema ecológico, mudando o enfoque secular das políticas públicas que viam a seca como uma calamidade natural sem solução.

Essa forma de ver a relação do homem com seu meio no Sertão, a ideia de convivência com os fenômenos naturais significa um novo *status* que permite um tratamento mais adequado ao problema que marca toda a história do Semiárido no Nordeste Brasileiro.

As relações sociedade-natureza têm sido interrogadas pela sociedade contemporânea. Para Almeida (1996), quando presentemente a sociedade se interroga sobre suas relações com o meio natural está, também, colocando um debate sobre a instrumentalização da natureza e uma reconsideração da construção simbólica da mesma (PORTO-GONÇALVES, 2006; LEFF, 2000, 2006).

Nesta perspectiva, a crise ambiental aparece como um momento importante da nossa história, uma vez que ela cria uma ocasião ímpar de efetuar um retorno à socialização da natureza e apreender

as dissonâncias entre a legitimação e a produção de ordem social existentes na contemporaneidade. Abre-se um contexto de ressignificação das coisas naturais e de reafirmação destas como partes e produtos da sociedade, surge uma ‘descoberta’ valorativa do natural. Essa corrente da “descoberta” valorativa do natural, pelas características históricas, configura-se como uma reinvenção (ALMEIDA, 1996).

E neste contexto, torna-se importante o papel desempenhado pela cultura, sua transversalidade nos processos de ressignificação e de ‘descoberta’ da natureza, como nos diz Almeida (1996), é considerar que elas possuem signos e mensagens e interpretar o valor social a elas agregadas. – Citar fonte adequada/ artigos ou caps livro, aqui está sendo citado um projeto.

A (re)apropriação social da natureza é um movimento das comunidades na apropriação e na transformação de seus recursos ambientais. Ela requer um princípio de “equidade na diversidade”, que implica a autonomia cultural de cada comunidade, a autodeterminação de suas necessidades e a autogestão do potencial ecológico de cada região em formas alternativas de desenvolvimento. Estes processos definem as condições de produção e as formas de vida de diversos grupos da população com relação ao manejo sustentável de seu ambiente. (CARVALHO, 2010).

Ainda conforme Carvalho (2010), os movimentos socioterritoriais trazem como bandeiras de luta a revalorização do lugar/território e reafirmações das identidades. Nesse propósito, mobilizam os povos para seus direitos socioculturais, territoriais e ambientais, num sentido de reivindicação por regras mais plurais e possibilidades de convivência entre homem e natureza.

De acordo com Alier (2007), os movimentos socioterritoriais mudaram nas últimas décadas sua ação e luta. Povos das florestas, das matas, de territórios tradicionais, de comunidades rurais, e tantos outros, atuam não somente pela manutenção dos recursos naturais como base de reprodução material, mas buscam resguardar seus territórios de vida, seu patrimônio ecológico-cultural, inserindo na reapropriação social da natureza a dimensão simbólica/sagrada do espaço.

Nesse sentido, a preservação das identidades e dos valores culturais, o enraizamento e a terra aparecem como suportes da biodiversidade, da resiliência e da complexidade do ecossistema (ALMEIDA, 2008).

No caso do semiárido nordestino, a retorica de que residem nas dificuldades impostas pela sua natureza a principal causa dos problemas da região tem sido um recurso discursivo que, partindo da elite intelectual e política, através da propagação da indústria da seca, compromete toda a sociedade.

O semiárido do Nordeste é reconhecidamente a região onde se observam os menores índices pluviométricos do país. Se não bastasse, escassez é agravada quando aliada à irregularidade da estação chuvosa, que frequentemente assola essas populações. A experiência de quem convive com essas condições são emblemáticas para compreender seus modos de vida e o uso da terra.

Os sertanejos são tidos na maioria das vezes, como um sobrevivente das condições subumanas de vida, resumindo sua existência á luta contra a seca, a terra infértil, as naturezas inóspitas e as dificuldades que as situações provenientes de uma região árida apresentam.

Apenas para exemplificar, Euclides da Cunha em “Os Sertões” ⁵, introduz sua definição de sertanejo afirmando: “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Vem resaltar que a sociedade que se “apropriou” do semiárido culturalmente conseguem utilizar a terra mesmo com as condições naturais muitas vezes adversas, principalmente no tocante as condições climáticas verificadas nessas regiões.

A questão, porém, pode ser tratada sob outro prisma. A profunda intimidade com a terra, o clima, as plantas e animais resultam de experiências e sensibilidades pertinentes a distintas formas de enfrentamento dos problemas específicos de suas realidades.

De acordo com Sousa (2008), reduzir modos de vida de sertanejos, histórico e socialmente construído à mera condição natural, não apenas desconsidera suas culturas próprias, como os distancia da condição de sujeito, da capacidade de se posicionar politicamente, ou seja, os reduz a seres estagnados. Por outro lado, ao atentarmos às percepções de sertanejos sobre si, percebemos argumentos reveladores de suas angustias frente às condições em que vivem e ao mesmo tempo carregados pela denúncia ao descaso a que foram submetidos sertanejos de regiões rurais empobrecidas.

Promover o entendimento da natureza de modo mais profundo é crucial para sensibilizar a necessidade de modificar a mentalidade principalmente no tocante ao semiárido nordestino, a fim de valorizar a natureza enquanto meio de conexão com a posteridade, a eternidade, o místico e o sobrenatural, e não como algo afastado da sociedade que podemos explorar livremente.

A natureza integrante de terras nordestinas precisa ser retomada como sendo mais que um recurso, ou seja, mais que algo a ser apropriado com uma determinada finalidade. Neste sentido, é crucial entender a natureza de modo mais profundo, não simplesmente como a base de nossa sobrevivência imediatista ou como um objeto a ser explorado para o lucro capitalista, mas também como nossa maior ligação com a posteridade, a eternidade, o místico e o sobrenatural.

Faz-se, portanto, necessário resgatar e fortalecer a relação entre o homem e a natureza na compreensão do espaço geográfico, buscando a valorização das identidades locais e a organização social para a compreensão da necessidade de mudança política, a fim de garantir a sobrevivência humana.

Os impactos ocorridos pela insustentabilidade ambiental no semiárido nordestino, têm se traduzido em grande mudança na configuração espacial da Caatinga, principalmente no que está relacionado ao uso do solo por pequenas, médias e grandes propriedades. Tais impactos geram por vezes, diversos problemas para a população do semiárido nordestino, tendo destaque o processo de

⁵Cunha, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Círculo do Livro, S/D. p.92.

Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom

degradação do solo, e o desencadeamento da desertificação, fator esse que dificulta o desenvolvimento das atividades produtivas neste ambiente.

Segundo Brasileiro (2009), as populações mais vulneráveis a todo esse processo são geralmente as mais pobres, que praticam a agricultura de subsistência nas suas pequenas propriedades. Com a degradação por que vem passando a área da caatinga, a produtividade nas pequenas propriedades familiares está condicionada a escassez, tendo em vista a perda da capacidade produtiva do solo, derivado do uso inadequado dos recursos naturais.

Esses problemas não são exclusivamente consequência da irregularidade dos períodos chuvosos, mas da falta de políticas públicas mais eficientes e enérgicas que atendam à realidade do povo. Além dela, observa-se também a degradação social, porque várias pessoas vivem em condições de extrema pobreza.

A degradação ambiental e social do Semiárido não decorre unicamente das restrições hídrica, de um balanço oferta demanda de água desfavorável que tem como causas o regime intermitente dos rios, as chuvas irregulares, o predomínio de rochas cristalinas e clima megatérmico. Assim, o que mais falta ao Semiárido não é uma dotação exuberante de recursos naturais. Do que ele mais carece é de certo tipo de mentalidade, de determinado padrão cultural que agregue confiança, gere normas de convivência civilizadas, cria redes de associativismo e melhore a eficiência das organizações (BAIARDI; MENDES, 2007, p. 31).

De acordo com Carvalho (2010), as terras do Semiárido Nordeste se caracterizam pelo desequilíbrio entre oferta e demanda de recursos naturais, *vis-à-vis* às necessidades básicas das populações que nelas habitam. Apesar do quadro geoambiental vulnerável, e da escassez de alguns recursos, a região nordeste do Brasil possui uma elevada ocupação populacional, quando comparada as outras regiões áridas do globo. De forma específica, essas porções territoriais apresentam feições variadas, pois nessas as condições particulares de clima, solo, vegetação combinadas com relações sociais de produção e, em consequência, a distintos modos de vida, marcam as variações de paisagem, podendo ser mais ou menos acentuadas, acarretando assim em uma (re) apropriação da natureza árida.

Entre os sertanejos, aqueles que permanecem vivendo no mundo rural, desenvolvem estratégias próprias para lidar cotidianamente com animais domésticos e silvestres. Criam técnicas para o cultivo e criação, para produzir e alimentar-se. Adentrar neste universo possibilita desvendar instâncias de sabedorias fundadas em valores ancestralmente apreendidos por formas de sociabilidade ainda pouco conhecidas, pertinentes às dinâmicas culturais destes grupos sociais frequentemente considerados “ignorantes” e “atrasados”. (SOUZA, 2008).

É importante destacar a sustentabilidade como unissonante na (re) orientação da dinâmica territorial na convivência com a seca, a partir da (re)apropriação praticada pelas populações tradicionais, camponesas, considerando a economia ambiental, a inclusão social e a dinâmica econômica, discutindo dialógica e coletivamente o conceito dessa palavra-chave para o desenvolvimento do semiárido nordestino.

Nessa proposta, os recursos naturais do Semiárido, em especial, a água e a biodiversidade da Caatinga são redimensionados, seja para o sustento material seja como base imaterial da cultura e dos valores identitários associados aos territórios de vida e trabalho das populações rurais, tradicionais ou não. (TORRES, 2012).

Ainda conforme Torres (2012), na discussão sobre o uso da biodiversidade da Caatinga, compreendida como contexto de vida, trabalho e cultura, dá-se em um campo conflituoso: de um lado, os sertanejos e sertanejas estão em defesa de seus territórios de vida e, ao mesmo tempo, suportes para sua sobrevivência, material e simbólica no mundo pautando-se na justiça ambiental e no uso centrado dos recursos naturais. E, de outro, a capitalização da natureza, que avança sobre as reservas de Caatinga, em especial, nas áreas de fundo de pasto (áreas coletivas para pastoreio de caprinos), com a especulação das terras e na manutenção do modelo depredador e excludente do grande capital.

De acordo com Santana (2003), deve-se repensar em um modelo de intervenção do homem na região semiárida, oportunidade em que princípios básicos de ecologia, como por exemplo, os de equilíbrio dinâmico, capacidade de sustentação, elasticidade e diversidade, não poderão deixar de ser enfrentados, posto que muito desses problemas, como o crescimento populacional na região, muitas vezes crescendo com a chegada de excluídos de outras regiões, que são assentados em terras de equilíbrio frágil que não suportam grande densidade de ocupação. Fato que é uma das causas da desordem ecológica ali implantada, tendo em vista fragilidade do quadro geoambiental, e o uso desordenado dos recursos naturais da região, dentre estes a Caatinga.

Portanto, a luta pela terra emerge como modelo de enfrentamento dos pequenos agricultores frente aos grandes latifúndios, tendo em vista os diferentes níveis de impacto ambiental dos distintos modelos de produção, onde este último apresenta maior degradação dos recursos da natureza. Assim, o estabelecimento de assentamentos de reforma agrária apresentam-se como imprescindíveis para a (re)apropriação social da natureza, e por conseguinte, para a consolidação de uma nova racionalidade ambiental, onde a relação entre natureza e sociedade dê-se de forma mais harmoniosa, sendo a atuação dos movimentos socioterritoriais de grande importância para essa (re)apropriação.

2. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E A LUTA PELA TERRA

Para ensejar a análise sobre os movimentos socioterritoriais, a priori, faz-se necessária a conceituação desta categoria analítica, bem como, de uma categoria antecessora à sua construção, a saber, os movimentos sociais. Contudo, deve-se ressaltar a ligação entre ambas, onde o segundo conceito não anula o primeiro, mas complementa, no sentido de uma leitura geográfica do espaço.

Nesse sentido, segundo Gohn (1997), movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. De acordo com a autora, com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Portanto, são objetos de estudo permanentes. Enquanto

a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos.

Entretanto, tal categoria analítica, por conta de suas filiações sociológicas, não apreende o espaço em sua totalidade, ou seja, seu movimento e, por conseguinte, a sua transformação em território. Nesse sentido, tendo em vista a filiação eminentemente territorial do grupo social em estudo, a saber, assentados e acampados dos movimentos de reforma agrária, no Alto Sertão Sergipano, optou-se pelo uso da categoria movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2000; 2001; 2004; 2005), haja vista sua compreensão geográfica do movimento.

Deste modo, de acordo com Fernandes (2005), a categoria movimentos socioterritoriais foi construída tendo em vista o desafio e esforço no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios.

Nesse sentido, a fim de esclarecer o confronto entre as duas categorias analíticas, e sua completude, Fernandes (2005) enfatiza que:

movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (ibidem, p.31).

Assim, a despeito da distinção entre as duas categorias, faz-se ainda necessário ressaltar a importância do espaço para ambas, sendo esta, condição *sine qua non* para a reprodução de tais movimentos. Do mesmo modo, a apropriação do espaço e sua transformação em território é uma condição intrínseca à constituição dos movimentos socioterritoriais, pois a conquista do território, e o processo de conflitualidade⁶ lhes são inerentes.

Para todos os movimentos o espaço é essencial. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo. Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta (FERNANDES, 2005.p.31).

Nesse sentido, com relação à distinção entre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Martin (2002) assevera que:

Movimentos Socioespaciais: são todas as organizações, como os partidos políticos e os sindicatos tradicionais, mais ou menos burocratizados, estruturados segundo os níveis e as escalas das subdivisões espaciais político-administrativas em vigor, sem conseguir, nem mesmo buscar introduzir

⁶ Segundo Fernandes (2005), a conflitualidade é definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios.

nenhuma inovação na própria espacialização. Estes não propõem uma mudança estrutural, restringindo-se a ações locais.

Movimentos Socioterritoriais: Um movimento socioterritorial, ao contrário, é uma organização que tem a vontade e cria as capacidades de introduzir no espaço, com práticas socioterritoriais novas, verdadeiras mutações territoriais, mesmo se elas são de início, na base, limitadas e estritamente localizadas, mas buscam romper uma conjuntura estrutural, qual seja, por exemplo, a estrutura agrária.

O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. Um exemplo de movimento socioterritorial é o MST (FERNANDES, 2000, p. 12).

Fernandes (2005), salienta que no campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia. Buscam portanto, a superação de um problema estrutural.

Destarte, tendo em vista a ação dos movimentos socioterritoriais supracitados por Fernandes (2005), seja no campo, na cidade ou na floresta, pode-se destacar a ação do movimento socioterritorial do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é um dos principais responsáveis pelas mudanças recentes que ocorreram nas políticas da **reforma agrária**⁷ brasileira (ver tabela 01).

TABELA 01 - BRASIL – REFORMA AGRÁRIA 1985 - 2006

Governos	Nº assentamentos	%	Nº famílias	%	Nº hectares	%
SARNEY (1985-1989)	800	11	122.598	16	8.248.899	17
COLLOR/ITAMAR (1990-1994)	461	7	61.825	8	4.485.953	9
FHC (1995-1998)	2.211	31	240.819	31	10.706.365	22
FHC (1999-2002)	1.712	24	149.140	19	7.296.429	15
LULA (2003-2006)	1.879	27	192.257	25	17.092.624	36
TOTAL	7.063	100	766.639	100	47.830.270	100

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.

Desse modo, pode-se destacar a atuação dos movimentos socioterritoriais, sendo o MST o movimento camponês com maior ação na conquista pelas terras nos diversos estados da federação, assim como em diferentes governos. Tal ação criou em 20 anos 7.063 assentamentos de reforma

⁷ Ramos Filho (2012) compreende a reforma agrária como uma política pública de responsabilidade prioritariamente do Estado, cujo objetivo é a execução da alteração da estrutura fundiária, a partir de um plano, de maneira a desconcentrar a grande propriedade e prover o acesso aos segmentos da sociedade que estão excluídos da terra e aos minifundiários que ocupam parcelas consideradas insuficientes para a promoção do trabalho e moradia dignos.

agrária em todo o Brasil, propiciando o acesso de 766.639 famílias à terra/território. Contudo, deve-se salientar que a conquista de tais porções de terra deram-se mediante o enfrentamento entre trabalhadores rurais e latifundiários, onde o processo de conflitualidade se faz inerente.

Segundo Fernandes (2008), na década de 1990, ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses em luta pela terra, ampliando a conflitualidade e a criação de assentamentos rurais, tendo o MST à frente desse processo. Segundo o autor, nesta década, corporações nacionais e transnacionais ampliam o modelo agroexportador em um amplo conjunto de sistemas que passou a ser denominado de agronegócio. Esse conjunto reúne, de formas diferenciadas, os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico.

De acordo com Fernandes (2008), mais de noventa movimentos camponeses brasileiros estão no centro destas conflitualidades da atual questão agrária. Malgrado a importância dos diversos movimentos socioterritoriais, dentro desse cenário, a ação do MST toma notoriedade, sobretudo pela sua atuação, seja no processo de acampamento, até o assentamento de trabalhadores rurais em diversos estados da federação, onde a conquista da terra, do território é o seu trunfo.

Fernandes (2005), assevera que, os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. Assim, a construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. Portanto, o MST como movimento camponês, em sua atuação frente ao processo de reforma agrária desterritorializa o espaço, através da conquista de fragmentos do espaço do agronegócio e, por conseguinte territorializa-o no bojo da conquista da terra, base material da reprodução da vida campesina.

É evidente que o território é condição essencial para todos os tipos de organização. Por essa razão, o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária, significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato (FERNANDES, 2008, p.3).

Segundo Fernandes (2005), o MST é o movimento camponês mais atuante na luta pela terra no Brasil. Nessas três décadas de existência do Movimento, dezenas de outros movimentos surgiram. Em 2008, o número de movimentos camponeses na luta pela terra era noventa e três (MASSARETTO, 2008). Ainda segundo Fernandes (*op.cit*), o crescimento do número de movimentos intensifica a disputa territorial que tem à frente o MST, que é responsável por 63 por cento das famílias que lutaram por terra nos últimos sete anos.

Ademais, frente a conjuntura agrária brasileira, onde a expansão do agronegócio ameaça os territórios camponeses, a atuação dos movimentos socioterritoriais, com destaque para o MST, tem importância fundamental para a manutenção da conflitualidade que enseja o desenvolvimento territorial rural, onde os processos de ocupação engendram a luta pela conquista da terra/território, fonte de trabalho e vida dos camponeses.

3. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Ao falar em Reforma Agrária, a princípio, faz-se necessário discutirmos a estrutura fundiária brasileira, sergipana, e então partirmos para uma escala menor, com maior detalhamento, que é o território do Alto Sertão Sergipano. A priori, já salientamos alguns dados sobre a estrutura agrária brasileira na seção anterior (ver tabela 01). Nesse sentido, podemos destacar as raízes históricas da desigual distribuição de terras, desde as capitanias hereditárias, marco da questão agrária nacional, até as atuais políticas públicas, que, muito embora criaram alguns assentamentos de reforma agrária, como resposta ao enfrentamento dos movimentos socioterritoriais, com destaque para o MST, caminham no sentido do fortalecimento e intensificação do capital no campo brasileiro.

A título de exemplificação da ineficiência dos governos brasileiros, quanto ao equacionamento da questão agrária, podemos destacar o processo de criação dos assentamentos, e o fato contraditório da falta de apoio, tanto no que diz respeito a assistência técnica, fator imprescindível na região semiárida brasileira, quanto no incentivo a agricultura de base familiar, que obtém poucos recursos, quando comparada à agricultura capitalista, leia-se, as grandes propriedades, baseadas na agroindústria.

Nesse sentido Ramos Filho (2012), salienta que, no tocante ao financiamento da agricultura, no Brasil, o setor capitalista conta com o Plano Agrícola que teve à sua disposição, nos períodos 2007/2008 e 2011/2012, R\$ 422 bilhões. Por sua vez, o setor familiar, que tem suas atividades produtivas financiadas através do Plano Safra, obteve a destinação de R\$ 72 bilhões de reais no mesmo período. Vale ressaltar que o setor familiar é o principal responsável pela produção de alimentos que compõem a mesa dos brasileiros.

Em Sergipe o cenário não difere da conjuntura nacional, onde os setores do governo do estado, via órgãos de financiamento investem massivamente na agroindústria, sobretudo no setor agrocombustíveis sucroalcooleiro. Enquanto, o setor de base familiar conta com poucos recursos para o pleno desenvolvimento de sua produção.

Dentre as medidas do governo estadual destacam-se os incentivos fiscais, creditícios, financeiros e locacionais promovidos pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), endossado pelo Banco do Estado de Sergipe (BANESE), que objetiva atrair grupos empresariais para atuar no agronegócio, introduzir padrões técnicos

modernos e produtivistas como a adoção/difusão dos fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas, equipamentos, reestruturação de unidades agroindustriais, além dos instrumentos para integrar o setor familiar à grande indústria e ao mercado capitalista (RAMOS FILHO, 2012, p.03).

Segundo Ramos Filho (2012), o Estado de Sergipe, nas últimas décadas, tem passado pelo processo de intensificação do capital, particularmente no campo, decorrente do avanço das ações dos governos federal e estadual fundamentadas no paradigma do Novo Mundo Rural que buscam, por um lado, a mitigação da pobreza e, do outro, a expansão do agronegócio.

Nesse sentido Conceição (2011), assevera que, no espaço rural sergipano a intensificação do plantio da cana-de-açúcar, sob a lógica do modelo do agronegócio da produção monocultora de agrocombustível tem significado, a destruição da agricultura campezina e a ocupação gradativa das áreas de cultivo alimentar camponês. O que indica a perda de abastecimento de alimentos nas feiras locais, sendo também agravante o aumento dos preços dos produtos alimentares, e consequentemente a perspectiva do aumento da fome.

No Alto Sertão de Sergipe, a lógica de estrutura agrária não difere significativamente da realidade dos outros territórios da cidadania do estado de Sergipe. É nesse território, onde a concentração de terras é historicamente desigual, muito embora setores da sociedade organizada, como os movimentos socioterritoriais, tenham alcançado uma acanhada mudança na estrutura fundiária desse território. Vale ressaltar que, apesar de pequena, quando comparada aos percentuais gerais.

O território do Alto Sertão Sergipano, localizado no noroeste do estado de Sergipe. A população total do Território é de 137.926 habitantes distribuídos numa área geográfica de 4.900,686 km². Ao todo, sete municípios formam o território: Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha (ver figura 01), (SANTOS, 2010).

Dois elementos são cruciais na caracterização do Alto Sertão Sergipano e, por conseguinte, no seu desenvolvimento: o fator climático e a hidrografia. Quanto ao fator climático o que caracteriza a região e o regime de chuvas, escassas e irregulares, fator comum a todo semiárido brasileiro. No tocante à hidrografia, o semiárido sergipano se destaca pela a presença do rio São Francisco. Entretanto, apesar da proximidade com o Velho Chico, o homem do sertão sergipano sofre com a escassez demasiada de água em alguns períodos do ano, salvo algumas exceções, dos assentamentos de reforma agrária nos projetos de irrigação alocados em alguns municípios do Alto Sertão de Sergipe, a saber: Canindé de São Francisco e Poço Redondo.

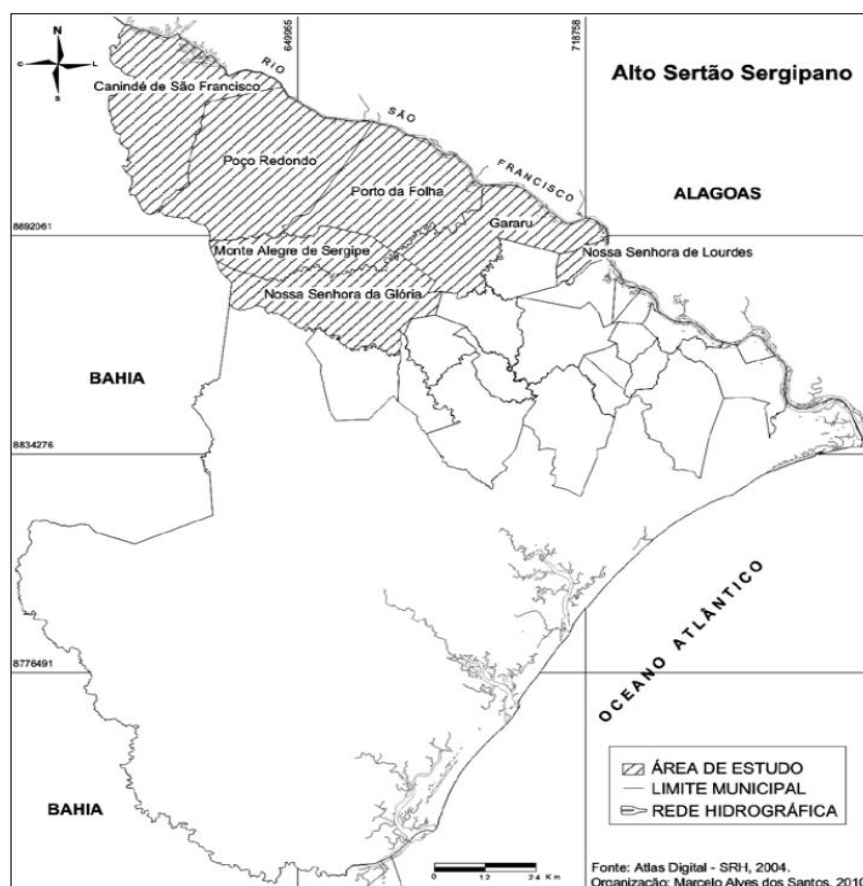


Figura 1 - Sergipe: território do Alto Sertão Sergipano – 2010.

Fonte: SANTOS, 2010.

Deste modo, a severidade climática, que dificulta, porém, não impossibilita o desenvolvimento das atividades agrícolas, é um dos grandes entraves para o desenvolvimento das comunidades do Alto Sertão Sergipano. Apesar de que existam diversas técnicas para produção agrícola em regiões áridas, sendo uma delas os projetos de irrigação, no Alto Sertão de Sergipe, a escassez hídrica condiciona de forma imponente, os sertanejos às políticas públicas voltadas ao combate à seca. Tornando-o dependente de ações assistencialistas, o que compromete a soberania do pequeno agricultor sertanejo. Contraditoriamente, tais ações servem para manter e fortalecer a indústria da seca⁸ nesse território.

O Alto Sertão Sergipano sempre notabilizou-se como alvo de políticas públicas ao longo da história brasileira, e, desde o início da segunda metade do século XX, houve uma intensificação desse quadro, com a criação da SUDENE, do BNB e de outros mecanismos institucionais. Neste período, a legitimação das ações governamentais em todo Semi-Árido nordestino pautava-se na premissa de que era imprescindível fomentar o desenvolvimento das regiões mais vulneráveis economicamente (LIMA, 2010, p.17).

Deste modo, a pequena produção no semiárido sergipano esteve historicamente condicionada à ação do Estado, via políticas públicas para o seu desenvolvimento, muito embora, tais medidas não auxiliassem o desenvolvimento pleno da agricultura camponesa. Pois o desenvolvimento desigual e

⁸ Segundo Furtado (1998), há a indústria da seca, gente que ganha com a seca, porque ela significa muito dinheiro do governo chegando para o comércio, para financiar as frentes de trabalho etc. A seca é um negócio.

combinado de tais regiões pauta-se na manutenção da estrutura fundiária e, por conseguinte na sustentação das oligarquias, que trabalharão para manter o *status quo* da questão agrária sertaneja.

Segundo Lima (2010), o Alto Sertão Sergipano destaca-se pelo pouco dinamismo da sua economia, baixo índice de desenvolvimento humano e uma profunda concentração de terras, muito embora, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) venha provocando alterações neste quadro fundiário.

Ainda segundo o autor supracitado (ibidem), o quadro fundiário tradicionalmente concentrado no Alto Sertão Sergipano promoveu inúmeros conflitos sangrentos protagonizados pelos conhecidos jagunços das oligarquias rurais, que procuravam intimidar a crescente mobilização social engendrada, sobretudo, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e militantes de alguns grupos da Igreja Católica.

Os senhores de terra obtinham riqueza via exploração da classe desprovida da terra e mediante o favorecimento das políticas públicas de desenvolvimento do território. A forte pressão social pelo acesso à terra, na região, teve início em meados da década de 1980, como resultado da organização e mobilização dos trabalhadores rurais, com o apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais e da Igreja Católica. Surgiu assim uma efetiva ocupação de assentamentos rurais (SANTOS, 2010, p.158).

Portanto, frente a conjuntura agrária do Alto Sertão Sergipano, onde a concentração de terras é significativa, a atuação de movimentos organizados da sociedade, com destaque para o movimento socioterritorial do MST, a partir da década de 90 do século XX, ganharam notoriedade no campo de lutas pela reforma agrária. Assim, diversos latifúndios improdutivos foram ocupados, a fim de forçar o Estado a desapropriar tais imóveis, para dar aos mesmos a função social da terra⁹. Para compreendermos a dimensão da atuação do MST, e de outros movimentos socioterritoriais no Alto Sertão Sergipano, podemos destacar o número total de assentamentos de reforma agrária neste território, que chega ao montante de 96 assentamentos, o que equivale a 46,12% dos assentamentos do estado, que chegam a soma de 208. No que diz respeito ao número de famílias assentadas, o referido território também abrange o maior montante, com 4.315 famílias, o que equivale a 45,62% dos assentados do estado de Sergipe, que somam a cifra de 9.448 famílias (ver tabela 02).

⁹ Segundo Ramos Filho (2012), a função social da terra é compreendida como o atendimento simultâneo, de acordo com determinados critérios e graus determinados em Lei referente ao “aproveitamento racional adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores”.

TABELA 02 – SERGIPE – NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS, FAMÍLIAS E ÁREA POR MUNICÍPIOS E TERRITÓRIO – 1982-2011**Fonte:** DATALUTA Sergipe – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. LABERUR/NERA, 2013.

MUNICÍPIOS	Nº ASSENTAMENTOS	ASSENTAMENTOS (%)	FAMÍLIAS (Nº)	FAMÍLIAS (%)	ÁREA (KM²)	ÁREA (%)
Canindé de São Francisco	30	14,42	1.222	12,93	33.580	19,07
Gararu	7	3,36	203	2,14	5.692	3,23
Poço Redondo	31	14,90	2.138	22,62	42.850	24,34
Porto da Folha	6	2,88	210	2,22	3.803	2,16
Monte Alegre de Sergipe	10	4,80	171	1,80	4.174	2,37
Nossa Senhora da Glória	12	5,76	370	3,91	9.058	5,14
Nossa Senhora de Lórdes	—	—	—	—	—	—
Alto Sertão Sergipano	96	46,12	4.314	45,62	99.157	56,31
Total Sergipe	208	100	9.448	100	176.009	100

No que diz respeito à área ocupada pelos assentamentos do Alto Sertão Sergipano, os mesmos somam o maior montante dentre os demais territórios do planejamento estabelecidos pelo governo do estado de Sergipe. A área ocupada por tais assentamentos 99.157 km², o equivalente a 56,31% da área do montante de assentamentos em todo o estado, que perfazem a soma de 176.009 km².

Desse modo, a ação territorial do MST como movimento reivindicativo alçou diversas empreitadas seja no assentamento de famílias, garantindo assim o acesso à terra, fonte de trabalho e vida dos agricultores sertanejos, ou a partir da ocupação de terras, mediante a criação de acampamentos como forma de enfrentamento dos pequenos agricultores sem terra, frente a expansão das grandes propriedades, sobretudo da agroindústria do setor dos agrocombustíveis sucroalcooleiro no estado de Sergipe.

Destarte, destaca-se a ação dos movimentos socioterritoriais no processo de reforma agrária no estado de Sergipe. A ação de segmentos da Igreja Católica, a partir da pastoral da terra, e do MST aparecem como movimentos reivindicatórios imprescindíveis para a criação dos assentamentos de reforma agrária em terras sergipanas, e com maior veemência no Alto Sertão do estado. Contudo, faz-se imprescindível a manutenção da luta, visto que os movimentos socioterritoriais buscam territorializar novas frações do espaço, procurando romper com a conjuntura agrária concentradora de terra e poder das oligarquias, propiciando assim, o acesso à terra/território/natureza à população que dela necessita.

4- (RE)APROPRIAÇÃO SOCIAL NATUREZA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

O território do Alto Sertão Sergipano é palco de intensas lutas por terras no estado de Sergipe. Nesse espaço, foram criados até o ano de 2011, 96 assentamentos de reforma agrária, onde 4.314 famílias tiveram acesso a terra e, por conseguinte, à (re)apropriação social da natureza, fonte de trabalho e vida para os mesmos.

Apesar das condições adversas, no que diz respeito aos condicionantes climáticos e hidrológicos, o território do Alto Sertão de Sergipe apresenta uma diversificada produção de alimentos, sobretudo, nos projetos de irrigação nele instalados. Contudo, a apropriação da natureza e, a consequente produção sem o devido cuidado, do ponto de vista ambiental, pode gerar diversos problemas, tanto para a natureza, como, para a população assentada, sobretudo na região semiárida.

As populações distribuídas dentro do semiárido, em sua maioria, dependem diretamente dos recursos vegetais disponíveis na caatinga para o sustento, seja para alimentação animal, ou mesmo para o consumo humano. Tais comunidades estão intimamente ligadas aos usos de plantas medicinais, por estas serem, na maioria das vezes, o único recurso disponível para o tratamento de doenças na região. Logo, tal prática insere-se no processo de (re)apropriação social da natureza, proporcionando, práticas de convivência no semiárido, a partir do uso da biodiversidade local.

Nesse sentido, é importante destacar o papel da criação dos assentamentos de reforma agrária, tanto no que diz respeito à redistribuição de terras, ainda que de modo incipiente, como, na conservação da natureza. Esta última dar-se, sobretudo, a partir da criação e manutenção das reservas legais nos assentamentos.

Além da conservação das reservas legais, a pequena produção, realizada nos assentamentos, a partir da orientação de profissionais da assistência técnica agrícola, impactam a natureza de modo reduzido, quando comparados à grande produção. Tais práticas buscam conciliar o acesso à natureza à conservação ambiental, de modo que não buscam, a priori, exaurir os recursos, visando tão somente a obtenção de lucro. A produção realizada nos assentamentos baseia-se, sobretudo em culturas diversificadas, como mandioca, milho, feijão, visando, primordialmente o abastecimento local, isso sem perder de vista a comercialização dos mesmos.

Nesse sentido, tendo em vista a fragilidade dos sistemas ambientais no semiárido sergipano, e os impactos outrora praticados na área dos assentamentos, faz-se necessário, o acompanhamento do manejo da natureza realizado pelos assentados, a fim de manter a integridade dos sistemas ambientais locais, e desenvolver uma produção de alimentos, conciliando com a conservação ambiental.

Assim, com base em estudos sobre o índice de desenvolvimento sustentável (IDS), que visa analisar, através de indicadores econômicos e ambientais, até que ponto a produção realizada possui bases sustentáveis. Pode-se salientar que os assentamentos rurais localizados no Alto Sertão de Sergipe possuem bons IDS's (ver Quadro 01). De acordo com Sobral (2012), o território do Sertão Ocidental,

quando comparado ao do Alto Sertão, possui IDS regular, com respectivamente 0,69 e, 0,66 de média aritmética.

Território	Município	Nome do PA	SA	SS	SE	IDS
Alto Sertão	Canindé	Mandacaru	0,68	0,89	0,61	0,73
		Florestan Fernandes	0,72	0,67	0,58	0,64
		Monte Santo I	0,68	0,72	0,65	0,68
		Santa Rita	0,71	0,55	0,60	0,62
		Média Aritmética	0,70	0,71	0,61	0,67
	Gararu	Flor da Índia	0,72	0,78	0,67	0,72
		Cachoeirinha	0,72	0,89	0,66	0,76
		Sepe-Tiaraju	0,64	0,72	0,42	0,59
		Média Aritmética	0,69	0,80	0,58	0,69
	Poço Redondo	Pioneira	0,72	0,95	0,75	0,81
		Queimada Grande	0,85	0,97	0,66	0,83
		São José do Nazaré	0,72	0,69	0,51	0,64
		Cajueiro	0,68	0,61	0,65	0,68
		Caldeirão	0,81	0,81	0,72	0,78
		Novo Paraíso	0,71	0,55	0,72	0,60
		Maria Bonita I	0,68	0,50	0,51	0,56
		Média Aritmética	0,74	0,73	0,65	0,70
	Monte Alegre	São Raimundo	0,68	0,89	0,61	0,73
		União dos Conselheiros	0,72	0,89	0,74	0,77
		Raimundo Monteiro da Silva	0,68	0,81	0,60	0,72
		Média Aritmética	0,69	0,86	0,65	0,74
	Nossa Senhora da Glória	Fortaleza	0,68	0,58	0,58	0,61
		Nossa Senhora da Boa Hora	0,60	0,89	0,55	0,74
		João do Vale	0,81	0,81	0,64	0,75
		José Ribamar	0,72	0,72	0,64	0,69
		Adão Preto	0,60	0,36	0,53	0,50
		Média Aritmética	0,68	0,67	0,59	0,66
	Porto da Folha	Paulo Freire	0,64	0,79	0,42	0,64
		José Unaldo de Oliveira	0,60	0,83	0,83	0,75
		Média Aritmética	0,62	0,81	0,66	0,70
	Média do Território		0,70	0,75	0,62	0,69

QUADRO 01- Sustentabilidade Ambiental (SA), Sustentabilidade Social (SS), Sustentabilidade Econômica (SE) e Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) dos Projetos de Assentamentos dos Territórios da Cidadania do Alto Sertão Sergipano.

Fonte: SOBRAL, 2012.

Segundo Sobral (2012), os instrumentos de gestão ambiental contribuem para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária, uma vez que permitem a proteção e o monitoramento dos recursos naturais.

Deve-se destacar que, os assentamentos Queimada Grande (0,83), Pioneira (0,81) e Caldeirão (0,78), localizados no município de Poço Redondo, no Alto Sertão de Sergipe, apresentam IDS's, classificados como ideais e bons (SOBRAL, 2012), (ver Quadro 01). Tais indicadores ambientais compõem um quadro referencial para o acompanhamento da qualidade ambiental nos assentamentos de reforma agrária. Os assentamentos em questão foram classificadas em índices bons, posto possuírem vegetação nativa preservada, além da manutenção de corpos hídricos, apresentando, portanto, um manejo adequado dos sistemas ambientais.

Desse modo, frente aos dados apresentados no Quadro 01, referentes aos Índices de Desenvolvimento Sustentável, pode-se destacar o papel dos assentamentos rurais na conservação da natureza, onde as reservas legais possuem grande importância para a criação de unidades de conservação no estado de Sergipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se destacar que, a atuação dos movimentos socioterritoriais, com destaque para o MST, tem importância fundamental para a manutenção da conflitualidade que enseja o desenvolvimento territorial rural, onde os processos de ocupação engendram a luta pela conquista da terra/território, fonte de trabalho e vida dos camponeses.

No mesmo sentido, a atuação de tais movimentos ensejam, através da luta pela terra, a (re)apropriação social da natureza pelos trabalhadores rurais, possibilitando, deste modo, a produção de alimentos conciliando-a com a conservação da natureza.

Ademais, pode-se salientar que o Território do Alto Sertão Sergipano apresenta bons índices de Desenvolvimento Sustentável, o que corrobora para confirmar a atuação dos assentamentos na conservação ambiental, sobretudo a partir da criação de suas reservas legais, e das técnicas de produção realizadas pelos assentados, sob a orientação da assistência técnica do setor ambiental dos assentamentos de reforma agrária do estado de Sergipe.

REFERÊNCIAS

ALIER, Juan Martins. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA. Maria Geralda de. **Projeto Biotecnologias e a Gestão Participativa da Biodiversidade na Caatinga e no Cerrado - Estudos de Caso de Instituições e de Saberes Locais na Caatinga e no Cerrado Brasileiro**. Goiânia, GO: UFG/Instituto de

- Estudos Socio-Ambientais e Institut de Recherche et Développement, 2008.
- BAIARDI, A; MENDES, J. **Agricultura familiar no semi-árido: fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável.** Revista Bahia Agrícola, v. 8, n. 1, nov. 2007.
- BRASILEIRO. R. S. **Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino: da degradação à conservação.** SCIENTIA PLENA VOL. 5, Numero. 5. 2009.
- BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. **Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil.** In: Exportações, segurança alimentar e instabilidade dos mercados- XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juiz de Fora. Exportações, segurança alimentar e instabilidade dos mercados -, 2003.
- CARVALHO. L. D. **Ressignificação e reapropriação social da natureza: Práticas e Programas de „Convivência com o Semiárido“ no Território de Juazeiro – Bahia.** Tese de doutorado. UFS. São Cristóvão – SE. 2010.
- CARVALHO, L. D. **A Emergência da Lógica da “Convivência Com o Semi-Árido” e a Construção de uma Nova Territorialidade.** In: RESAB, Secretaria Executiva. Educação Para a Convivência com o Semi-Árido: Reflexões Teórico-Práticas. 1ª Ed. Juazeiro: Secretaria Executiva da RESAB, 2004.
- CONCEIÇÃO, A. L. A Expansão do Agronegócio no Campo de Sergipe. **Geonordeste (UFS)**, v. 02, p. 1-16, 2011.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões.** Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1991.
- DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra** (2008) Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acessado em: 20 de junho de 2013.
- DATALUTA Sergipe – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. LABERUR/NERA, 2013.
- FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, 2000.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** – ANO 8, N. 6. 2005. p. 14-34.
- GOHN, M.G. **Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura. Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável.** Blumenau: Editora da FURB, 2000.
- _____. **Racionalidade Ambiental: a Reapropriação Social da Natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIMA, L.G. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano: o (des)maskamento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante.** 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia Pró-Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2010.
- LOPES, E. S. A. **Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005.** Scientia Plena. Vol. 3, Numero: 1. 2007.
- MARTIN, JEAN-YVES. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n. 19. jul./dez. 2002, p. 11-36.
- MASSARETTO, N. DATALUTA – BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA: organização do Cadastro de movimentos socioterritoriais. (Presidente Prudente: NERA), 2008.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461 p.
- RAMOS FILHO, E.S. Os (des)caminhos da estrutura fundiária e reforma agrária de Sergipe (1992 - 2011). **Boletim DATALUTA**, v. 1, 2012.p. 2-15.

SANTANA, A. C. A. **Proteção Legal da Caatinga**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2003.

SANTOS, F. F; SANTOS, J. L. **O MST e a luta pela terra no campo brasileiro**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia-MG. 15 a 19 de Outubro de 2012.

SANTOS, C. L. O Alto Sertão Sergipano: Análise das Políticas de Desenvolvimento neste "Território Rural". **Boletim Goiano de Geografia (Impresso)**, v. 30, 2010.p. 51-67.

SILVA, R.M.A. **Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. (Tese de Doutorado). Brasília: UNB, 2006, 298p.

SOUSA, J. J.M. **Enfrentando estereótipos: relação natureza e cultura entre sertanejos do semiárido nordestino**. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

TORRES, M. **Mulheres sertanejas e a produção identitária no território de Juazeiro (BA): protagonistas de novas cotidianidades e territorialidades pelo 'bom uso' da natureza**. I Seminário sobre alimentos e manifestações culturais tradicionais. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. 21 a 23 de maio de 2012.